

Anexo 2 - Legislação Ambiental Aplicável
Apêndice 1 - Resumo da Legislação Ambiental Aplicada

ÍNDICE

1 -	Resumo da Legislação Ambiental Aplicável	1/48
-----	--	------

1 - Resumo da Legislação Ambiental Aplicável

Quadro 1-1 - Legislação Federal Aplicável

Norma	Ementa	Eixo Temático
Constituição Federal		Constituição Federal
Decreto nº 7.830/2012	Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651/2012.	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa FUNAI nº 01/2012	Estabelece normas sobre a participação da Fundação Nacional do Índio - Funai no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades potencial e efetivamente causadoras de impactos ambientais e socioculturais que afetem terras e povos indígenas.	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa IBAMA nº 02/2012	Estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo IBAMA.	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa IBAMA nº 08/2011	Regulamenta, no âmbito do IBAMA, o procedimento da Compensação Ambiental, conforme disposto no Decreto nº 4.340/2002, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 6.848/2009.	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa IBAMA nº 14/2011	Altera e acresce dispositivos à Instrução Normativa IBAMA nº 184/2008.	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa IBAMA nº 17/2011	Regulamenta o processo administrativo de apuração, determinação e constituição de crédito tributário decorrente da TCFA no âmbito do IBAMA, o auto de infração por descumprimento das obrigações acessórias daí decorrentes, relativas ao Cadastro Técnico Federal (CTF) e o parcelamento desses valores quando ainda não inscritos em dívida ativa.	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013	Regulamenta o recadastramento no Cadastro Técnico Federal - Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP)	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa IBAMA nº 10/2013	Regulamenta o recadastramento no Cadastro Técnico Federal - Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA)	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa IBAMA nº 184/2008	Estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental federal. Alterada pela Instrução Normativa IBAMA nº 14/2011.	Licenciamento Ambiental

Norma	Ementa	Eixo Temático
Instrução Normativa IBAMA nº 31/2009	Estabelece que as pessoas físicas e jurídicas descritas nos Anexo I e II desta Instrução Normativa são obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental, instituído pelo art. 17, inciso I, da Lei nº 6.938/1981.	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa ICMBio nº 04/2009	Estabelece procedimentos administrativos para autorização de atividades condicionadas ao controle do poder público e não sujeitas ao licenciamento ambiental previsto na Resolução CONAMA nº 237/1997 e de atividades cuja autorização seja exigida por normas específicas.	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa ICMBio nº 05/2009	Estabelece procedimentos para a análise dos pedidos e concessão da Autorização para o Licenciamento Ambiental de atividades ou empreendimentos que afetem as unidades de conservação federais, suas zonas de amortecimento ou áreas circundantes.	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa ICMBio nº 20/2011	Regula os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso em cumprimento às obrigações de compensação ambiental dirigidas a unidades de conservação federais, nos termos da exigência estabelecida no art. 36 da Lei nº 9.985/2000, de apoio à implantação e à manutenção de unidade de conservação nos casos de licenciamento ambiental de significativo impacto ambiental.	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa ICMBio nº 30/2012	Estabelece procedimentos administrativos e técnicos para a execução de compensação espeleológica de que trata o art. 4o, § 3o, do Decreto nº 99.556/1990, alterado pelo Decreto nº 6.640/2008, para empreendimentos que ocasionem impacto negativo irreversível em cavidade natural subterrânea classificada com grau de relevância alto e que não possuam na sua área, conforme análise do órgão licenciador, outras cavidades representativas que possam ser preservadas sob a forma de cavidades testemunho.	Licenciamento Ambiental
Lei Complementar nº 140/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.	Licenciamento Ambiental
Lei nº 10.650/2003	Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA.	Licenciamento Ambiental

Norma	Ementa	Eixo Temático
Portaria Interministerial nº 419/2011	Regulamenta a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), da Fundação Cultural Palmares (FCP), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Ministério da Saúde, incumbidos da elaboração de parecer em processo de licenciamento ambiental de competência federal, a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).	Licenciamento Ambiental
Portaria MMA nº 416/2010	Cria, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, a Câmara Federal de Compensação Ambiental (CFCA).	Licenciamento Ambiental
Portaria MMA nº 421/2011	Dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONAMA nº 001/1986	Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).	Licenciamento Ambiental
Resolução CONAMA nº 001/1988	Dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONAMA nº 006/1986	Aprova os modelos de publicação de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão e aprova os novos modelos para publicação.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONAMA nº 006/1987	Dispõe sobre o licenciamento ambiental das concessionárias de exploração, geração e distribuição de energia elétrica.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONAMA nº 009/1987	Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONAMA nº 011/1986	Altera e acrescenta incisos no art. 2º da Resolução CONAMA nº 01/1986.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONAMA nº 237/1997	Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONAMA nº 279/2001	Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONAMA nº 281/2001	Dispõe sobre modelos de publicação de pedidos de licenciamento.	Licenciamento Ambiental

Norma	Ementa	Eixo Temático
Resolução CONAMA nº 436/2011	Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas instaladas ou com pedido de licença de instalação anteriores a 02 de janeiro de 2007.	Licenciamento Ambiental
Resolução IPHAN nº 230/2002	Estabelece procedimentos para a pesquisa e a prospecção arqueológica no licenciamento ambiental de empreendimentos.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONAMA nº 371/2006	Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e dá outras providências. (Revoga a Resolução CONAMA nº 002/1996)	Compensação Ambiental
Decreto nº 6.514/2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.	Responsabilidade Ambiental
Lei nº 9.605/1998	Lei de Crimes Ambientais. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências (Alterada pelas Leis nº 9.985/2000 e nº 11.284/2006, e pela Medida Provisória nº 2.163-41/2001)	Responsabilidade Ambiental
Decreto nº 4.339/2002	Institui princípios e diretrizes para implementação da Política Nacional da Biodiversidade.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto nº 4.703/2003	Dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica – PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade. Alterado pelos Decretos nº 5.312/2004 e nº 6.403/2007.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto nº 5.312/2004	Dá nova redação ao art. 7º do Decreto nº 4.703/2003.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto nº 6.043/2007	Dá nova redação ao art. 7º do Decreto nº 4.703/2003.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto nº 6.288/2007	Dá nova redação ao art. 6º e acresce os arts. 6-A, 6-B, 6-C, 13-A e 21-A ao Decreto nº 4.297/2002.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto nº 6.515/2008	Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, os Programas de Segurança Ambiental denominados Guarda Ambiental Nacional e Corpo de Guarda- Parques.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto nº 6.686/2008	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 6.514/2008.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição

Norma	Ementa	Eixo Temático
Decreto nº 6.792/2009	Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 99.274/1990, para dispor sobre a composição e funcionamento do CONAMA.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto nº 7.029/2009	Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente". Altera os arts. 55 e 152 do Decreto nº 6.514/2008.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto nº 7.217/2010	Regulamenta a Lei 11.445/2007.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto nº 7.390/2010	Regulamenta os arts. 6º, 11 e 12 da Lei nº 12.187/2009. Alterado pelo Decreto nº 7.643/2011.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto nº 7.497/2011	Dá nova redação ao art. 152 do Decreto nº 6.514/2008.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto nº 7.640/2011	Altera o art. 152 do Decreto nº 6.514/2008.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto nº 7.643/2011	Altera o art. 4º do Decreto nº 7.390/2010.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto nº 7.644/2011	Regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, instituído pela Lei 12.512/2011.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto nº 7.719/2012	Altera o art. 152 do Decreto nº 6.514/2008.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto nº 76.389/1975	Dispõe sobre as medidas de prevenção e controle da poluição industrial de que trata o Decreto-Lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975, e dá outras providências.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto-Lei nº 1.413/1975	Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Instrução Normativa IBAMA nº 04/2011	Estabelece procedimentos para elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD ou Área Alterada, para fins de cumprimento da legislação ambiental, bem como dos Termos de Referência constantes dos Anexos I e II desta Instrução Normativa.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Instrução Normativa IBAMA nº 07/2011	Altera a Instrução Normativa IBAMA nº 31/2009.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição

Norma	Ementa	Eixo Temático
Instrução Normativa ICMBio nº 06/2009	Dispõe sobre o processo e os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei nº 11.445/2007	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Altera a Lei nº 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. Regulamentada pelo Decreto nº 7.217/2010.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei nº 11.516/2007	Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; altera as Leis nº 7.735/1989, nº 9.985/2000 e nº 11.284/2006.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei nº 11.934/2009	Dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos. Regulamentada pela Resolução ANEEL nº 398/2010.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei nº 12.187/2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Regulamentada, em parte, pelo Decreto nº 7.390/2010.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei nº 12.512/2011	Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Regulamentada, em parte, pelo Decreto nº 7.644/2011.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei nº 6.938/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria MMA nº 169/2012	Institui, no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental, o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria MMA nº 220/2003	Institui o Comitê de Integração de Políticas Ambientais (CIPAM), órgão de integração técnica e política do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução CONAMA nº 001/1990	Dispõe sobre a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, determinando padrões, critérios e diretrizes.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução CONAMA nº 002/1990	Institui em caráter nacional o Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora – Silêncio.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução CONAMA nº 003/1990	Dispõe sobre a Qualidade do Ar, definições e padrões.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução CONAMA nº 005/1989	Institui o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar - PRONAR, e dá outras providências.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição

Norma	Ementa	Eixo Temático
Resolução CONAMA nº 348/2004	Altera a Resolução CONAMA nº 307/2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução CONAMA nº 382/2006	Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução CONAMA nº 431/2011	Altera o art. 3º da Resolução CONAMA 307/2002, estabelecendo nova classificação para o gesso.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução CONAMA nº 448/2012	Altera os arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10º e 11º da Resolução CONAMA nº 307/2002.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução Normativa ANEEL nº 398/2010	Regulamenta a Lei 11.934/2009, no que se refere aos limites à exposição humana a campos elétricos e magnéticos originários de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, na frequência de 60 Hz. Alterada pela Resolução Normativa ANEEL 413/2010.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução Normativa ANEEL nº 413/2010	Altera a redação dos arts. 6º e 8º, insere o art. 8º-A e substitui o Anexo da Resolução Normativa ANEEL nº 398/2010.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto nº 2.519/1998	Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica.	Flora e Fauna
Decreto nº 2/1994	Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, no período de 5 a 14/06/92.	Flora e Fauna
Decreto nº 24.645/1934	Estabelece medidas de proteção aos animais.	Flora e Fauna
Decreto nº 3.420/2000	Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas (PNF). Alterado pelos Decretos nº 4.864/2003 e nº 5.794/2006.	Flora e Fauna
Decreto nº 318/1991	Promulga o novo texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais.	Flora e Fauna
Decreto nº 4.864/2003	Acresce e revoga dispositivos do Decreto nº 3.420/2000.	Flora e Fauna
Decreto nº 5.092/2004	Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.	Flora e Fauna
Decreto nº 5.153/2004	Aprova o Regulamento da Lei nº 10.711/2003.	Flora e Fauna

Norma	Ementa	Eixo Temático
Decreto nº 5.794/2006	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 3.420/2000.	Flora e Fauna
Decreto nº 5.975/2006	Regulamenta o art. 4º, inciso III, da Lei nº 6.938/1981, o art. 2º da Lei nº 10.650/2003, e altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 3.420/2000. Modificado pelo Decreto nº 6.514/2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente.	Flora e Fauna
Decreto nº 58.054/1966	Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América, assinada pelo Brasil, em 27/02/1940.	Flora e Fauna
Decreto nº 6.063/2007	Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.	Flora e Fauna
Decreto nº 6.660/2008	Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428/2006.	Flora e Fauna
Decreto nº 7.167/2010	Regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF).	Flora e Fauna
Decreto nº 97.633/1989	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção à Fauna (CNPf).	Flora e Fauna
Instrução Normativa IBAMA nº 01/1991	Regulamenta a exploração de vegetação caracterizada como pioneira, capoeirinha, capoeira, floresta descaracterizada e floresta secundária e proíbe a exploração em floresta primária.	Flora e Fauna
Instrução Normativa IBAMA nº 05/2011	Estabelece critérios e procedimentos para as análises dos pedidos e concessões de anuências prévias para a supressão de vegetação de Mata Atlântica primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração, nos termos do art. 19 do Decreto nº 6.660/2008.	Flora e Fauna
Instrução Normativa IBAMA nº 05/1999	Dispõe sobre a exploração, transporte, industrialização, comercialização e armazenamento de palmito e similares.	Flora e Fauna
Instrução Normativa IBAMA nº 09/2011	Estabelece procedimentos para a exploração das florestas primitivas e demais formas de vegetação arbórea natural que contemple a espécie pau-rosa (<i>Aniba rosaeodora</i>), o que somente será permitido mediante Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), que atenda às especificações da Instrução Normativa MMA nº 04/2006, bem como da Instrução Normativa MMA nº 05/2006.	Flora e Fauna
Instrução Normativa IBAMA nº 11/2011	Estabelece procedimentos para transporte e armazenamento de plantas matrizes das espécies nativas do Brasil das famílias Bromeliaceae, Cactaceae e Orchidaceae constantes em listas oficiais da flora ameaçada de extinção e/ou nos anexos da CITES.	Flora e Fauna

Norma	Ementa	Eixo Temático
Instrução Normativa IBAMA nº 112/2006	Regulamenta o Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria/MMA/ nº 253/2006. (Alterada pela Instrução Normativa IBAMA nº 134/2006)	Flora e Fauna
Instrução Normativa IBAMA nº 134/2006	Altera a Instrução Normativa IBAMA nº 112/2006.	Flora e Fauna
Instrução Normativa IBAMA nº 141/2006	Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva.	Flora e Fauna
Instrução Normativa IBAMA nº 146/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influencia de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela Lei nº 6.938/1981 e pelas Resoluções CONAMA nº 001/1986 e nº 237/1997.	Flora e Fauna
Instrução Normativa IBAMA nº 178/2008	Define as diretrizes e procedimentos, por parte do IBAMA, para apreciação e anuência relativas à emissão das autorizações de supressão de florestas e outras formas de vegetação nativa em área maior que dois mil hectares em imóveis rurais localizados na Amazônia Legal e mil hectares em imóveis rurais localizados nas demais regiões do país	Flora e Fauna
Instrução Normativa IBAMA nº 179/2008	Define as diretrizes e procedimentos para destinação dos animais da fauna silvestre nativa e exótica apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente às autoridades competentes.	Flora e Fauna
Instrução Normativa IBAMA nº 187/2008	Define procedimentos e padrões de nomenclatura e coeficientes para indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa, inclusive carvão vegetal. Altera a Instrução Normativa IBAMA 112/2006.	Flora e Fauna
Instrução Normativa ICMBio nº 16/2011	Regula, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e os procedimentos administrativos para a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) comunitário para exploração de recursos madeireiros no interior de Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional, proposto por população tradicional beneficiária da Unidade de Conservação - UC.	Flora e Fauna
Instrução Normativa ICMBio nº 23/2012	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MAPA nº 09/2005	Aprova as normas para produção, comercialização e utilização de sementes. Alterada pelas Instruções Normativas MAPA nº 17/2005 e nº 42/2009.	Flora e Fauna

Norma	Ementa	Eixo Temático
Instrução Normativa MAPA nº 17/2005	Altera o item 7.6 das Normas para Produção, Comercialização e Utilização de Sementes aprovadas pela Instrução Normativa MAPA nº 09/2005. Altera a Instrução Normativa MAPA nº 09/2005.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MAPA nº 24/2005	Aprova as normas para produção, comercialização e utilização de mudas. Alterada pela Instrução Normativa MAPA nº 42/2009.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MAPA nº 42/2009	Altera as Instruções Normativas MAPA nº 09/2005 e nº 24/2005.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MMA nº 01/2008	Regulamenta os procedimentos administrativos das entidades vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente em relação ao embargo de obras ou atividades que impliquem desmatamento, supressão ou degradação florestal, quando constatadas infrações administrativas ou penais contra a flora.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MMA nº 01/2009	Dispõe sobre procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) da Caatinga e suas formações sucessoras.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MMA nº 01/2010	Publica as listas das espécies incluídas nos Anexos I, II e III da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES, com as alterações estabelecidas na XV Conferência das Partes da referida Convenção, realizada entre 13 e 15 de março de 2010.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MMA nº 01/1996	Dispõe sobre a Reposição Florestal Obrigatória e o Plano Integrado Florestal.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MMA nº 03/2003	Dispõe sobre as Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção que especifica.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MMA nº 06/2006	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MMA nº 06/2008	Reconhece, como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção, aquelas constantes do Anexo I a esta Instrução Normativa.	Flora e Fauna
Instrução Normativa SFB nº 02/2007	Regulamenta o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, define os tipos de vegetação e as formações de cobertura florestal, para fins de identificação das florestas públicas federais. Alterada pela Instrução Normativa SFB nº 003/2011.	Flora e Fauna
Lei nº 10.711/2003	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas (SNSM). Regulamentada pelo Decreto nº 5.153/2004.	Flora e Fauna

Norma	Ementa	Eixo Temático
Lei nº 11.284/2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal brasileiro (SFB); cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF); altera as Leis nº 10.683/2003, nº 5.868/1972, nº 9.605/1998, nº 4.771/1965, nº 6.938/1981, e nº 6.015/1973; e dá outras providências.	Flora e Fauna
Lei nº 11.428/2006	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Altera a Lei nº 9.605/1998. Alterada pela Lei nº 12.651/2012. Regulamentada pelo Decreto nº 6.660/2008.	Flora e Fauna
Lei nº 11.959/2009	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras	Flora e Fauna
Lei nº 12.484/2011	Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu.	Flora e Fauna
Lei nº 12.651/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938/1981, nº 9.393/1996 e nº 11.428/2006. Alterada pela Lei nº 12.727/2012.	Flora e Fauna
Lei nº 12.725/2012	Dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos.	Flora e Fauna
Lei nº 12.727/2012	Altera a Lei nº 12.651/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938/1981 e nº 11.428/2006; e revoga as Leis nº 4.771/1965 e nº 7.754/1989, a Medida Provisória nº 2.166-67/2001, e o § 2º do art. 4º da Lei nº 12.651/2012.	Flora e Fauna
Lei nº 5.197/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências (Código de Caça)	Flora e Fauna
Lei nº 7.584/1987	Acrescenta parágrafo ao art. 33 da Lei nº 5.197/1967.	Flora e Fauna
Lei nº 7.653/1988	Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei nº 5.197/1967.	Flora e Fauna
Lei nº 7.754/1989	Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios, e dá outras providências.	Flora e Fauna
Lei nº 9.111/1995	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.197/1967.	Flora e Fauna
Portaria IBAMA nº 218/1989	Normaliza os procedimentos quanto às autorizações de derrubada e exploração florestal envolvendo área de Mata Atlântica. Alterada pela Portaria IBAMA nº 438/1989.	Flora e Fauna

Norma	Ementa	Eixo Temático
Portaria IBAMA nº 438/1989	Altera o art. 4º da Portaria IBAMA nº 218/1989, que passa a ter a seguinte redação: “Para efeito das disposições desta Portaria, o IBAMA considerará como Mata Atlântica, a tipologia plotada no Mapa de Vegetação do Brasil, elaborado pelo IBGE/SEPLAN/PR, em convênio com o ex- IBDF/MA, de 1988.”	Flora e Fauna
Portaria IBAMA nº 218/1989	Dispõe sobre a derrubada e exploração de florestas nativas e de formações florestais sucessoras nativas de Mata Atlântica, e dá outras providências.	Flora e Fauna
Portaria IBAMA nº 37-N/1992	Reconhece como Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção a relação que se apresenta na Portaria.	Flora e Fauna
Portaria IBDF nº 231-P/1988	Dispõe sobre autorização para o uso de fogo sob forma de queima controlada.	Flora e Fauna
Portaria ICMBio nº 130/2010	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Papagaios Ameaçados da Mata Atlântica (Amazona brasiliensis, Amazona rhodocorytha, Amazona pretrei e Amazona vinacea) (PAN) Papagaios.	Flora e Fauna
Portaria ICMBio nº 132/2010	Aprova o Plano de Ação Nacional da Onça - Pintada (Panthera onca), felino ameaçado de extinção e institui o Grupo Estratégico de Conservação e Manejo.	Flora e Fauna
Portaria ICMBio nº 22/2012	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Eriocaulaceae do Brasil – PAN Sempre Vivas, contemplando 16 espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de supervisão.	Flora e Fauna
Portaria ICMBio nº 37/2012	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Primatas do Nordeste – PAN Primatas do Nordeste, contemplando cinco espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação.	Flora e Fauna
Portaria ICMBio nº 38/2012	Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação das Aves Ameaçadas da Caatinga – PAN Aves da Caatinga, contemplando 14 táxons ameaçados de extinção, estabelecendo seu objetivo, metas, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão.	Flora e Fauna
Portaria ICMBio nº 84/2010	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação de Cactáceas do Brasil, prioritariamente 28 espécies ameaçadas de extinção.	Flora e Fauna
Portaria ICMBio nº 88/2010	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação da Ariranha.	Flora e Fauna

Norma	Ementa	Eixo Temático
Portaria ICMBio nº 92/2010	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação de Lepidópteros, com ênfase nas 55 espécies ameaçadas de extinção.	Flora e Fauna
Portaria MMA nº 103/2006	Dispõe sobre a implementação do Documento de Origem Florestal (DOF), e dá outras providências.	Flora e Fauna
Portaria MMA nº 253/2006	Institui, no âmbito do IBAMA, o Documento de Origem Florestal (DOF), em substituição à Autorização para Transporte de Produtos Florestais (ATPF).	Flora e Fauna
Portaria MMA nº 320/2012	Cria o Programa Nacional de Conservação do Pau-Brasil (<i>Caesalpinia echinata</i>), a ser constituído de projetos que serão concebidos e executados de forma participativa e integrada pelo Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas, governos estaduais, municipais e a sociedade civil organizada.	Flora e Fauna
Portaria MMA nº 53/2008	Institui o Sistema Nacional de Gestão da Fauna Silvestre (SISFAUNA).	Flora e Fauna
Portaria Normativa IBAMA nº 94/1998	Institui a queima controlada, como fator de produção e manejo em áreas de atividades agrícolas, pastoris, florestais e outras.	Flora e Fauna
Resolução CONAMA nº 003/1996	Define vegetação remanescente de Mata Atlântica.	Flora e Fauna
Resolução CONAMA nº 009/1996	Define "corredor de vegetação entre remanescentes" como área de trânsito para a fauna.	Flora e Fauna
Resolução CONAMA nº 010/1993	Estabelece os parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão de Mata Atlântica.	Flora e Fauna
Resolução CONAMA nº 011/1990	Dispõe sobre a revisão e elaboração de planos de manejo e licenciamento ambiental da Mata Atlântica.	Flora e Fauna
Resolução CONAMA nº 032/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado do Rio Grande do Norte.	Flora e Fauna
Resolução CONAMA nº 278/2001	Dispõe sobre o corte e a exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica. Alterada pela Resolução CONAMA nº 300/2002. Regulamentada pela Resolução CONAMA nº 317/2002.	Flora e Fauna

Norma	Ementa	Eixo Temático
Resolução CONAMA n° 300/2002	Complementa os casos passíveis de autorização de corte previstos no art. 2º da Resolução CONAMA n° 278/2001.	Flora e Fauna
Resolução CONAMA n° 317/2002	Regulamenta a Resolução CONAMA n° 278/2001.	Flora e Fauna
Resolução CONAMA n° 378/2006	Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, § 1º, art. 19 da Lei n° 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências.	Flora e Fauna
Resolução CONAMA n° 379/2006	Cria e regulamenta sistema de dados e informações sobre a gestão florestal no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).	Flora e Fauna
Resolução CONAMA n° 388/2007	Dispõe sobre a convalidação das resoluções que definem a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica para fins do disposto no art. 4º § 1º da Lei n° 11.428/2006.	Flora e Fauna
Resolução CONAMA n° 391/2007	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica no Estado da Paraíba.	Flora e Fauna
Resolução SFB n° 003/2011	Acrescenta o § 3º, incisos I e II ao art. 16 da Resolução SFB n° 002/2007.	Flora e Fauna
Decreto n° 1.298/1994	Estabelece o regulamento das Florestas Nacionais.	Unidades de Conservação
Decreto n° 1.922/1996	Dispõe sobre reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural.	Unidades de Conservação
Decreto n° 122/1991	Dá nova redação ao art. 41 do Decreto n° 99.274/1990.	Unidades de Conservação
Decreto n° 3.942/2001	Dá nova redação aos arts. 4º, 5º, 6º, 7º, 10º e 11º do Decreto n° 99.274/1990.	Unidades de Conservação
Decreto n° 4.340/2002	Regulamenta artigos da Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e dá outras providências. (Alterado pelo Decreto n° 5.556/2005)	Unidades de Conservação

Norma	Ementa	Eixo Temático
Decreto nº 5.566/2005	Dá nova redação ao caput do art. 31 do Decreto nº 4.340/2002.	Unidades de Conservação
Decreto nº 5.746/2006	Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza	Unidades de Conservação
Decreto nº 5.758/2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias.	Unidades de Conservação
Decreto nº 5.950/2006	Regulamenta o art. 57-A da Lei nº 9.985/2000, para estabelecer os limites para o plantio de organismos geneticamente modificados nas no entorno das unidades de conservação.	Unidades de Conservação
Decreto nº 6.848/2009	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340/2002, para regulamentar a compensação ambiental.	Unidades de Conservação
Decreto nº 7.154/2010	Sistematiza e regulamenta a atuação de órgãos públicos federais, estabelecendo procedimentos a serem observados para autorizar e realizar estudos de aproveitamentos de potenciais de energia hidráulica e sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica no interior de Unidades de Conservação bem como para autorizar a instalação de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica em Unidades de Conservação de uso sustentável.	Unidades de Conservação
Decreto nº 84.017/1979	Aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.	Unidades de Conservação
Decreto nº 89.336/1984	Dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico.	Unidades de Conservação
Decreto nº 99.274/1990	Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências.	Unidades de Conservação
Instrução Normativa IBAMA nº 154/2007	Institui o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO e o Comitê de Assessoramento Técnico do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (CAT SISBIO). Fixa normas sobre coleta e transporte de material biológico e sobre pesquisas em unidade de conservação federal ou em cavidade natural subterrânea. Revoga o parágrafo único do art. 38 da Portaria IBDF nº 122-P/1985.	Unidades de Conservação
Instrução Normativa IBAMA nº 62/2005	Estabelece critérios e procedimentos administrativos referentes ao processo de criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN.	Unidades de Conservação

Norma	Ementa	Eixo Temático
Instrução Normativa MMA nº 04/2009	Dispõe sobre procedimentos técnicos para a utilização da vegetação da Reserva Legal sob regime de manejo florestal sustentável.	Unidades de Conservação
Instrução Normativa MMA nº 05/2009	Dispõe sobre os procedimentos metodológicos para restauração e recuperação das Áreas de Preservação Permanentes e da Reserva Legal.	Unidades de Conservação
Lei nº 11.132/2005	Acrescenta artigo à Lei 9.985/2000. Modificada pela Lei nº 11.460/2007.	Unidades de Conservação
Lei nº 6.902/1981	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Alterada pela Lei nº 7.804/1989. Regulamentada pelo Decreto nº 99.274/1990.	Unidades de Conservação
Lei nº 9.985/2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, Incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Revoga os arts. 5º e 6º da Lei nº 4.771/1965, o art. 5º da Lei nº 5.197/1967, e o art. 18 da Lei nº 6.938/1981. Modificada pelas Leis nº 11.132/2005, nº 11.460/2007 e nº 11.516/2007. Regulamentada pelos Decretos nº 4.340/2002, nº 5.566/2005, nº 5.746/2006 e nº 5.950/2006. Altera dispositivos da Lei nº 9.605/1988.	Unidades de Conservação
Portaria MMA nº 009/2007	Reconhece, como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira, as áreas referenciadas no § 2º desta Portaria, denominadas Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira ou Áreas Prioritárias para a Biodiversidade, para efeito da formulação e implementação de políticas públicas, programas, projetos e atividades do Governo Federal.	Unidades de Conservação
Portaria Normativa IBAMA nº 60/1999	Reconhece, como Reserva Particular do Patrimônio Natural, a área de 170 ha, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado Fazenda Pedra d'Água, reserva denominada Fazenda Pedra d'Água, situado no município de Solânea.	Unidades de Conservação
Resolução CONAMA nº 012/1989	Dispõe sobre a proibição de atividades em Área de Relevante Interesse Ecológico que afetem o ecossistema.	Unidades de Conservação
Resolução CONAMA nº 303/2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.	Unidades de Conservação
Resolução CONAMA nº 369/2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP).	Unidades de Conservação

Norma	Ementa	Eixo Temático
Resolução CONAMA nº 425/2010	Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente e outras de uso limitado.	Unidades de Conservação
Resolução CONAMA nº 428/2010	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o art. 36, § 3º, da Lei nº 9.985/2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA- RIMA. Revoga o inciso II, do art. 2º e § 1º do art. 4º da Resolução CONAMA nº 347/2004 e o parágrafo único do art. 3º da Resolução CONAMA nº 378/2006.	Unidades de Conservação
Resolução CONAMA nº 429/2011	Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APPs).	Unidades de Conservação
Decreto nº 24.6434	Decreta o Código de Águas.	Recursos Hídricos
Decreto nº 4.613/2003	Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Alterado pelo Decreto nº 5.263/2004.	Recursos Hídricos
Decreto nº 5.263/2004	Acrescenta o § 7º ao art. 5º do Decreto nº 4.613/2003.	Recursos Hídricos
Decreto nº 79.367/1977	Dispõe sobre normas e o padrão de potabilidade de água e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Decreto nº 94.076/1987	Institui o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Lei nº 12.334/2010	Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.	Recursos Hídricos
Lei nº 9.433/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001 de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.	Recursos Hídricos
Lei nº 9.984/2000	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.	Recursos Hídricos

Norma	Ementa	Eixo Temático
Portaria MS nº 2.914/2011	Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.	Recursos Hídricos
Resolução ANA nº 131/2003	Dispõe sobre procedimentos referentes à emissão de declaração de reserva de disponibilidade hídrica e de outorga de direito de uso de recursos hídricos, para uso de potencial de energia hidráulica superior a 1 MW em corpo de água de domínio da União e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Resolução ANA nº 317/2003	Institui o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH para registro obrigatório de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado usuárias de recursos hídricos.	Recursos Hídricos
Resolução ANA nº 724/2011	Estabelece procedimentos padronizados para a coleta e preservação de amostras de águas superficiais para fins de monitoramento da qualidade dos recursos hídricos, no âmbito do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas (PNQA).	Recursos Hídricos
Resolução CNRH nº 12/2000	Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água em classes segundo os usos preponderantes.	Recursos Hídricos
Resolução CNRH nº 140/2012	Estabelece critérios gerais para outorga de lançamento de efluentes com fins de diluição em corpos de água superficiais.	Recursos Hídricos
Resolução CNRH nº 141/2012	Estabelece critérios e diretrizes para implementação dos instrumentos de outorga de direito de uso de recursos hídricos e de enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água, em rios intermitentes e efêmeros.	Recursos Hídricos
Resolução CNRH nº 15/2001	Dispõe sobre a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Resolução CNRH nº 16/2001	Dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Resolução CNRH nº 17/2001	Estabelece que os Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, serão elaborados em conformidade com o disposto na Lei nº 9.433/1997, observados os critérios gerais estabelecidos nesta Resolução.	Recursos Hídricos
Resolução CNRH nº 32/2003	Estabelece a Divisão Hidrográfica Nacional.	Recursos Hídricos

Norma	Ementa	Eixo Temático
Resolução CNRH nº 58/2006	Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos.	Recursos Hídricos
Resolução CNRH nº 67/2006	Aprova o documento denominado Estratégia de Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos.	Recursos Hídricos
Resolução CNRH nº 91/2008	Dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos.	Recursos Hídricos
Resolução CNRH nº 92/2008	Estabelece critérios e procedimentos gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro.	Recursos Hídricos
Resolução CNRH nº 98/2009	Estabelece princípios fundamentais e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	Recursos Hídricos
Resolução CONAMA nº 274/2000	Dispõe sobre a classificação das águas doces, salobras e salinas, em todo o Território Nacional, bem como determina os padrões de lançamento.	Recursos Hídricos
Resolução CONAMA nº 357/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.	Recursos Hídricos
Resolução CONAMA nº 396/2008	Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas.	Recursos Hídricos
Resolução CONAMA nº 397/2008	Altera o inciso II do § 4º e a Tabela X do § 5º, ambos do art. 34 da Resolução CONAMA nº 357/2005.	Recursos Hídricos
Resolução CONAMA nº 430/2011	Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução CONAMA nº 357/2005.	Recursos Hídricos
Decreto nº 4.297/2002	Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil (ZEE), e dá outras providências.	Uso e Conservação do Solo
Decreto nº 7.404/2010	Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.	Uso e Conservação do Solo

Norma	Ementa	Eixo Temático
Decreto-Lei nº 3.365/1941	Dispõe sobre desapropriação por utilidade pública.	Uso e Conservação do Solo
Lei nº 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei nº 9.605/1998 e dá outras providências.	Uso e Conservação do Solo
Lei nº 6.225/1975	Dispõe sobre discriminação, pelo Ministério da Agricultura, de regiões para execução obrigatória de planos de proteção ao solo e de combate à erosão e dá outras providências	Uso e Conservação do Solo
Lei nº 6.803/1980	Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.	Uso e Conservação do Solo
Lei nº 8.171/1991	Dispõe sobre a política agrícola	Uso e Conservação do Solo
Resolução CONAMA nº 307/2002	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais.	Uso e Conservação do Solo
Resolução CONAMA nº 313/2002	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.	Uso e Conservação do Solo
Resolução CONAMA nº 420/2009	Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.	Uso e Conservação do Solo
Lei nº 10.257/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, que tratam da política urbana, e estabelece diretrizes gerais dessa política. Alterada pelas Leis nº 11.673/2008 e nº 12.608/2012.	Política Urbana
Lei nº 10.932/2004	Altera o art. 4º da Lei nº 6.766/1979.	Política Urbana
Lei nº 11.673/2008	Altera a Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, para prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais.	Política Urbana
Lei nº 12.340/2010	Dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas. Alterada pela Lei nº 12.608/2012.	Política Urbana

Norma	Ementa	Eixo Temático
Lei nº 12.608/2012	Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC); dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC); autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nº 12.340/2010, nº 10.257/2001 e nº 6.766/1979.	Política Urbana
Lei nº 6.766/1979	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano. Alterada pelas Leis nº 9.785/1999, nº 10.932/2004, nº 11.445/2007 e nº 12.608/2012.	Política Urbana
Lei nº 9.785/1999	Altera a Lei nº 6.766/1979.	Política Urbana
Resolução do Conselho das Cidades nº 25/2005	Estabelece que todos os municípios devem elaborar seus Planos Diretores de acordo com o determinado pela Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).	Política Urbana
Resolução do Conselho das Cidades nº 34/2005	Emite orientações e recomendações ao conteúdo mínimo do Plano Diretor, tendo por base o Estatuto da Cidade.	Política Urbana
Resolução Recomendada do Conselho das Cidades nº 22/2006	Emite orientações quanto à regulamentação dos procedimentos para aplicação dos recursos técnicos e financeiros, para a elaboração do Plano Diretor dos municípios inseridos em área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental, de âmbito regional ou nacional, com referência nas diretrizes constante dos Incisos II, IX e XIII do art. 2º e Inciso V, do art. 41, do Estatuto da Cidade.	Política Urbana
Resolução Recomendada do Conselho das Cidades nº 83/2009	Recomenda ao Ministério das Cidades que emita orientações com relação à revisão ou alteração de Planos Diretores	Política Urbana
Constituição Federal de 05/10/1988, atualizada até a Emenda nº 70/2012	O Título III, Capítulo II, art. 20, Inciso X, estabelece que as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré- históricos, existentes no território nacional, são bens da União.	Bens de interesse cultural
Decreto nº 3.551/2000	Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.	Bens de interesse cultural
Decreto nº 5.753/2006	Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 12 de outubro de 2003 e assinada em 3 de novembro de 2003.	Bens de interesse cultural

Norma	Ementa	Eixo Temático
Decreto nº 6.640/2008	Dá nova redação aos arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º e acrescenta os arts. 5-A e 5-B ao Decreto nº 99.556, de 1º de outubro de 1990, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional.	Bens de interesse cultural
Decreto nº 74/1977	Aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.	Bens de interesse cultural
Decreto nº 80.978/1977	Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972. Decreto Legislativo nº 74/1977.	Bens de interesse cultural
Decreto nº 86.176/1981	Regulamenta a Lei nº 6.513/1977, que dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico, e dá outras providências.	Bens de interesse cultural
Decreto nº 99.556/1990	Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional. Alterado pelo Decreto 6.640/2008.	Bens de interesse cultural
Decreto-Lei nº 4.146/1942	Dispõe sobre a proteção dos depósitos fossilíferos.	Bens de interesse cultural
Decreto-Lei nº 25/1937	Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	Bens de interesse cultural
Instrução Normativa MMA nº 02/2009	Estabelece a metodologia a ser utilizada na avaliação do grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas.	Bens de interesse cultural
Lei nº 12.343/2010	Institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), e cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).	Bens de interesse cultural
Lei nº 3.924/1961	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.	Bens de interesse cultural
Lei nº 6.513/1977	Dispõe sobre a criação de áreas especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao Art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.	Bens de interesse cultural
Portaria IBAMA nº 005/1997	Institui o Centro Nacional de Estudos, Proteção e Manejo de Cavernas (CECAV).	Bens de interesse cultural

Norma	Ementa	Eixo Temático
Portaria IBAMA nº 887/1990	Determina a realização de diagnóstico da situação do patrimônio espeleológico nacional, através de levantamento e análise de dados, identificando áreas críticas e definindo ações e instrumentos necessários para a sua devida proteção e uso adequado.	Bens de interesse cultural
Portaria IPHAN nº 07/1988	Regulamenta os pedidos de permissão e autorização das pesquisas arqueológicas.	Bens de interesse cultural
Portaria IPHAN nº 230/2002	Dispõe sobre os procedimentos necessários para obtenção das licenças ambientais referentes à apreciação e acompanhamento das pesquisas arqueológicas no país	Bens de interesse cultural
Portaria MMA nº 358/2009	Institui o Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico, que tem como objetivo desenvolver estratégia nacional de conservação e uso sustentável do patrimônio espeleológico brasileiro.	Bens de interesse cultural
Portaria SPHAN nº 07/1988	Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos.	Bens de interesse cultural
Resolução CONAMA nº 347/2004	Dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico.	Bens de interesse cultural
Decreto nº 4.281/2002	Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.	Controle e minimização de Impactos Sociais
Lei nº 9.795/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.	Controle e minimização de Impactos Sociais
Resolução CONAMA nº 422/2010	Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras providências.	Controle e minimização de Impactos Sociais
Decreto nº 4.887/2003	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Populações Tradicionais
Decreto nº 6.040/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	Populações Tradicionais
Decreto nº 6.261/2007	Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola.	Populações Tradicionais
Decreto nº 7.747/2012	Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI.	Populações Tradicionais

Norma	Ementa	Eixo Temático
Decreto s/n/2004	Cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais.	Populações Tradicionais
Instrução Normativa ICMBio nº 26/2012	Estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão.	Populações Tradicionais
Instrução Normativa INCRA nº 57/2009	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto 4.887/2003.	Populações Tradicionais
Portaria AGU nº 303/2012	Dispõe sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas conforme entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal na Petição 3.388 RR.	Populações Tradicionais
Portaria FCP nº 06/2004	Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades de Quilombos, da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas "Terras de Preto", "Comunidades Negras" e "Mocambos", "Quilombos", dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto 4.887/2003.	Populações Tradicionais
Portaria FCP nº 98/2007	Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades de Quilombos da Fundação Cultural Palmares.	Populações Tradicionais
Decreto nº 1.717/1995	Estabelece procedimentos para prorrogação das concessões dos serviços públicos de energia elétrica de que trata a Lei 9.074/1995.	Setor Elétrico
Decreto nº 2.335/1997	Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Alterado pelo Decreto 2.364/1997.	Setor Elétrico
Decreto nº 2.364/1997	Altera o Decreto 2.335/1997.	Setor Elétrico
Decreto nº 5.163/2004	Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica. Alterado pelos Decretos 5.249/2004, 5.271/2004, 5.597/2005, 5.911/2006, 6.048/2007, 6.210/2007, 6.353/2008, 7.129/2010, 7.317/2010 e 7.521/2011.	Setor Elétrico
Decreto nº 5.177/2004	Regulamenta os arts. 4o e 5o da Lei 10.848/2004, e dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Alterado pelo Decreto 6.353/2008.	Setor Elétrico

Norma	Ementa	Eixo Temático
Decreto nº 5.249/2004	Dá nova redação ao inciso XI do § 2o do art. 1o do Decreto 5.163/2004.	Setor Elétrico
Decreto nº 5.271/2004	Altera dispositivos do Decreto 5.163/2004.	Setor Elétrico
Decreto nº 5.597/2005	Regulamenta o acesso de consumidores livres às redes de transmissão de energia elétrica e dá outras providências. Altera o § 8o do art. 71 do Decreto 5.163/2004.	Setor Elétrico
Decreto nº 5.911/2006	Estabelece procedimentos para prorrogação das concessões de uso do bem público dos empreendimentos de geração de energia elétrica de que trata o art. 17 da Lei 10.848/2004. Altera o Decreto 5.163/2004. Alterado pelo Decreto 7.317/2010.	Setor Elétrico
Decreto nº 6.048/2007	Altera os arts. 11, 19, 27, 34 e 36 do Decreto 5.163/2004.	Setor Elétrico
Decreto nº 6.160/2007	Regulamenta os §§ 1o e 2o do art. 23 da Lei 9.074/1995, com vistas à regularização das cooperativas de eletrificação rural como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.	Setor Elétrico
Decreto nº 6.210/2007	Altera dispositivos do Decreto 5.163/2004.	Setor Elétrico
Decreto nº 6.353/2008	Regulamenta a contratação de energia de reserva de que trata o § 3o do art. 3o e o art. 3o-A da Lei 10.848/2004, altera o art. 44 do Decreto 5.163/2004 e o art. 2o do Decreto 5.177/2004.	Setor Elétrico
Decreto nº 7.129/2010	Dá nova redação ao art. 54 do Decreto 5.163/2004.	Setor Elétrico
Decreto nº 7.246/2010	Regulamenta a Lei 12.111/2009. Alterado pelo Decreto 7.355/2010.	Setor Elétrico
Decreto nº 7.317/2010	Dá nova redação aos arts. 3o, 18, 24 e 27 e revoga o § 5o do art. 36 do Decreto 5.163/2004 e o art. 6o do Decreto 5.911/2006.	Setor Elétrico
Decreto nº 7.355/2010	Acresce dispositivo ao Decreto 7.246/2010.	Setor Elétrico
Decreto nº 7.521/2011	Dá nova redação aos arts. 24, 36 e 40 do Decreto 5.163/2004.	Setor Elétrico
Decreto nº 7.805/2012	Regulamenta a Medida Provisória 579/2012. Altera o art. 13 do Decreto 5.163/2004.	Setor Elétrico

Norma	Ementa	Eixo Temático
Lei nº 10.438/2002	Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica e dá nova redação às Leis 9.427/1996, 9.648/1998 e 10.848/2004.	Setor Elétrico
Lei nº 10.848/2004	Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica. Altera as Leis 9.074/1995, 9.427/1996, 9.648/1998 e 10.438/2002. Alterada pela Lei 12.111/2009.	Setor Elétrico
Lei nº 12.111/2009	Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados; altera as Leis 9.074/1995, 9.427/1996, e 10.848/2004; revoga dispositivos da Lei 9.648/1998. Regulamentada pelo Decreto 7.246/2010.	Setor Elétrico
Lei nº 8.987/1995	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal. Alterada pela Lei 9.074/1995.	Setor Elétrico
Lei nº 9.074/1995	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos. Altera a Lei 8.987/1995. Alterada pelas Leis 9.648/1998 e 10.848/2004. Regulamentada, em parte, pelo Decreto 6.160/2007.	Setor Elétrico
Lei nº 9.427/1996	Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica. Alterada pelas Leis 9.648/1998, 10.438/2002, 10.848/2004 e 12.111/2009.	Setor Elétrico
Lei nº 9.648/1998	Altera dispositivos das Leis 9.074/1995 e 9.427/1996. Alterada pelas Leis 10.438/2002, 10.848/2004 e 12.111/2009.	Setor Elétrico
Medida Provisória nº 579/2012	Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. Altera as Leis 9.648/1998, 10.438/2002, 10.848/2004 e 12.111/2009;	Setor Elétrico
Resolução Normativa ANEEL nº 279/2007	Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, de áreas de terras necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados. Alterada pela Resolução Normativa ANEEL 486/2012.	Setor Elétrico
Resolução Normativa ANEEL nº 486/2012	Altera a Resolução Normativa ANEEL 279/2007.	Setor Elétrico
NR-01	Disposições gerais.	Meio Ambiente do Trabalho

Norma	Ementa	Eixo Temático
NR-02	Inspeção prévia	Meio Ambiente do Trabalho
NR-03	Embargo ou interdição	Meio Ambiente do Trabalho
NR-04	Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.	Meio Ambiente do Trabalho
NR-05	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA.	Meio Ambiente do Trabalho
NR-06	Equipamentos de Proteção Individual – EPI	Meio Ambiente do Trabalho
NR-07	Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional	Meio Ambiente do Trabalho
NR-08	Edificações.	Meio Ambiente do Trabalho
NR-09	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais	Meio Ambiente do Trabalho
NR-10	Instalações e Serviços em Eletricidade	Meio Ambiente do Trabalho
NR-11	Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais.	Meio Ambiente do Trabalho
NR-12	Máquinas e Equipamentos	Meio Ambiente do Trabalho
NR-15	Atividades e operações insalubres.	Meio Ambiente do Trabalho
NR-16	Atividades e operações perigosas.	Meio Ambiente do Trabalho

Norma	Ementa	Eixo Temático
NR-17	Ergonomia.	Meio Ambiente do Trabalho
NR-18	Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção	Meio Ambiente do Trabalho
NR-19	Explosivos	Meio Ambiente do Trabalho
NR-20	Líquidos combustíveis e inflamáveis.	Meio Ambiente do Trabalho
NR-21	Trabalho a céu aberto.	Meio Ambiente do Trabalho
NR-23	Proteção Contra Incêndios	Meio Ambiente do Trabalho
NR-24	Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.	Meio Ambiente do Trabalho
NR-25	Resíduos Industriais	Meio Ambiente do Trabalho
NR-26	Sinalização de segurança.	Meio Ambiente do Trabalho
NR-27	Registro profissional do técnico de segurança do trabalho no ministério do trabalho.	Meio Ambiente do Trabalho
NR-28	Fiscalização e penalidades.	Meio Ambiente do Trabalho

Quadro 1-2 - Estado do Tocantins - Legislação Estadual Aplicável

Norma	Ementa	Eixo Temático
Constituição Estadual	Princípios e normas programáticas de proteção ao meio ambiente - arts. 110 a 113	Constituição Estadual
Decreto Estadual nº 10.459/2004	Regulamenta a Política Ambiental do Estado	Política Estadual de Meio Ambiente
Decreto Estadual nº 3.644/2009	Dispõe sobre a Política Ambiental do Estado	Política Estadual de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 2.566/2012	Altera a lei nº 1.789/2007, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Meio Ambiente	Política Estadual de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 1.789/2007	Conselho Estadual de Meio Ambiente do Tocantins – COEMATO	Política Estadual de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 2.095/2009	Dispõe sobre o Fundo Estadual de Meio Ambiente	Política Estadual de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 2.096/2009	Altera a lei nº 1.789/2007, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Meio Ambiente	Política Estadual de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 261/1991	Política Ambiental do Estado	Política Estadual de Meio Ambiente
Resolução COEMATO nº 07/2005	Dispõe sobre o Sistema Integrado de Controle Ambiental do Estado	Política Estadual de Meio Ambiente
Resolução COEMA nº 001/2003	Estabelece diretrizes e critérios de licenciamento e gestão ambiental nas áreas de reservatórios artificiais e seu entorno	Licenciamento Ambiental
Lei Estadual 1.939/2008	Altera a lei 771/1995. Dispõe sobre os casos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em APP	Flora
Lei Estadual nº 771/1995	Dispõe sobre a Política Florestal do Estado	Flora
Lei Estadual nº 2.567/2012	Altera a Lei Estadual nº 2.097/2009, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 1.307/2002	Política Estadual de Recursos Hídricos	Recursos Hídricos

Norma	Ementa	Eixo Temático
Lei Estadual nº 2.089/2009	Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 2.097/2009	Conselho Estadual de Recursos Hídricos	Recursos Hídricos
Resolução CERH nº 005/2005	Estabelece diretrizes para a formação, organização e funcionamento de Comitê de Bacia Hidrográfica	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 538/1998	Dispõe sobre o contorno da APA Serra do Lajeado	Unidades de Conservação
Lei Estadual nº 1.560/2005	Sistema Estadual das Unidades de Conservação da Natureza	Unidades de Conservação
Lei Estadual nº 906/1997	Cria a Área de Proteção Ambiental (APA) Serra do Lajeado	Unidades de Conservação
Resolução COEMA nº 25/2011	Estabelece prioridade de áreas potenciais para a criação de Unidades de Conservação	Unidades de Conservação
Lei Estadual nº 1.374/2003	Dispõe sobre a Política Estadual de Educação Ambiental	Educação Ambiental
Decreto Estadual nº 373/1996	Instala os Núcleos Regionais de Fiscalização	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Instrução Normativa nº 02/2011	Dispõe sobre normas e procedimentos do Instituto NATURATINS para a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR)	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Instrução Normativa nº 03/2011	Dispõe sobre normas técnicas a serem observadas na elaboração de Carta Imagem para aderir ao CAR	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 1.917/2008	Política Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Estado	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 2.476/2011	Programa de Adequação Ambiental de Propriedade e Atividade Rural	Proteção Ambiental e Controle da Poluição

Quadro 1-3 - Estado do Tocantins - Legislação Municipal Aplicável

Município	Norma	Ementa
Centenário/TO	Lei Ordinária nº 038/1993	Parcelamento do Solo Urbano
Centenário/TO	Lei Ordinária nº 291/2008	Plano Diretor Municipal
Centenário/TO	Lei Orgânica	Organização do Município
Miracema do Tocantins/TO	Lei Complementar nº 02/2003	Código de Posturas Municipal
Miracema do Tocantins/TO	Lei Orgânica	Organização do Município
Miranorte/TO	Lei Ordinária nº 124/2002	Código de Posturas Municipal
Miranorte/TO	Lei Ordinária nº 239/2009	Política Municipal de Meio Ambiente
Miranorte/TO	Lei Ordinária nº 282/2011	Plano Diretor Municipal
Miranorte/TO	Lei Orgânica	Organização do Município
Pedro Afonso/TO	Lei Ordinária nº 127/2010	Fundo Municipal de Meio Ambiente
Pedro Afonso/TO	Lei Ordinária nº 145/2010	Saneamento Ambiental
Pedro Afonso/TO	Lei Ordinária nº 223/2011	Código de Posturas Municipal
Pedro Afonso/TO	Lei Ordinária nº 70/2009	Conselho Municipal de Meio Ambiente
Pedro Afonso/TO	Lei Ordinária nº 85/2010	Política Municipal de Meio Ambiente
Pedro Afonso/TO	Lei Orgânica	Organização do Município
Rio dos Bois/TO	Lei Ordinária nº 185/2011	Plano Diretor Municipal
Rio dos Bois/TO	Lei Orgânica	Organização do Município
Rio dos Bois/TO	Projeto de Lei Ordinária nº 202/2013	Política Municipal de Meio Ambiente
Rio dos Bois/TO	Projeto de Lei Ordinária nº 203/2013	Fundo Municipal de Meio Ambiente
Rio dos Bois/TO	Projeto de Lei Ordinária nº 204/2013	Conselho Municipal de Meio Ambiente

Quadro 1-4 - Estado do Maranhão - Legislação Estadual Aplicável

Norma	Ementa	Eixo Temático
Constituição Estadual	Normas programáticas de proteção ao Meio ambiente - arts. 239 a 250	Constituição Estadual
Decreto Estadual nº 13.494/1993	Regulamenta o Código de Proteção ao Meio Ambiente	Política Estadual de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 5.405/1992	Código de Proteção ao Meio Ambiente; Institui a Política Estadual de Meio Ambiente; Cria o Sistema Estadual de Meio Ambiente; dispõe sobre áreas de proteção e estabelece infrações ambientais e penalidades	Política Estadual de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 9.412/2011	Dispõe sobre a Compensação Ambiental no Estado	Compensação Ambiental
Decreto Estadual nº 23.170/2007	Regulamenta o Capítulo I da Lei 8.598/2007, que instituiu o Cadastro de Atividade Florestal, composto pelo Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Maranhão e o Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais do Estado	Flora
Portaria SEMA nº 0013/2013	Disciplina os procedimentos de aprovação da localização de Reserva Legal, de concessão de Licença Ambiental para Atividades Agrossilvipastoris e Autorizações Ambientais para Uso Alternativo do Solo em Imóveis Rurais no Estado	Flora
Lei Estadual nº 8.089/2004	Dispõe sobre a política pesqueira estadual	Fauna
Decreto Estadual nº 21.821/2005	Regulamenta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 23.171/2007	Altera o Decreto Estadual nº 21.821/2005, que regulamenta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 27.845/2011	Regulamenta a Política Estadual de Recursos Hídricos	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 28.008/2012	Regulamenta a Lei nº 8.149/2004 e a Lei 5.405/1992 com relação às águas subterrâneas	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 8.149/2004	Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos	Recursos Hídricos
Resolução CONERH nº 01/2006	Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado	Recursos Hídricos

Norma	Ementa	Eixo Temático
Resolução CONERH nº 02/2012	Regulamenta a instalação de Comitês de Bacia Hidrográfica no Estado	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 27.791/2011	Regulamenta o Fundo Estadual de Unidades de Conservação	Unidades de Conservação
Lei Estadual nº 9.413/2011	Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza do Maranhão	Unidades de Conservação
Resolução CECA nº 02/2012	Dispõe sobre Manual de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Unidades de Conservação para fins de celebração de Convênio e Termos de Parceria	Unidades de Conservação
Decreto Estadual nº 28.549/2012	Regulamenta a Política Estadual de Educação Ambiental	Educação Ambiental
Lei Estadual nº 9.279/2010	Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Educação Ambiental	Educação Ambiental
Portaria SEMA nº 035/2013	Aprova as instruções para emissão da Autorização Especial Ambiental para Transportes Rodoviários de Produtos Perigosos	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria SEMA nº 059/2013	Regulamento relativo aos procedimentos de parcelamento dos créditos não tributários (multas), decorrentes das infrações ambientais no Estado	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria SEMA nº 105/2011	Dispõe sobre lançamento de efluentes	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria SEMA nº 17/2011	Dispõe sobre o procedimento de protocolo e atendimento ao público na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais	Proteção Ambiental e Controle da Poluição

Quadro 1-5 - Estado do Maranhão - Legislação Municipal Aplicável

Município	Norma	Ementa
Alto Parnaíba/MA	Lei Orgânica	Organização do Município
Alto Parnaíba/MA	Projeto de Lei Ordinária nº 12/2005	Código de Posturas Municipal
Balsas/MA	Código de Posturas (sem numeração)	Código de Posturas Municipal
Balsas/MA	Lei Ordinária nº 637/1998	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
Balsas/MA	Lei Ordinária nº 773/2002	Código Municipal de Meio Ambiente
Balsas/MA	Lei Ordinária nº 847/2004	Plano Diretor Municipal
Balsas/MA	Lei Ordinária nº 848/2003	Lei de Uso e Ocupação do Solo
Balsas/MA	Lei Ordinária nº 876/2005	Altera a Lei de Uso e Ocupação do Solo
Balsas/MA	Lei Ordinária nº 888/2005	Programa Municipal de Educação Ambiental
Balsas/MA	Lei Orgânica	Organização do Município

Quadro 1-6 - Estado do Piauí - Legislação Estadual Aplicável

Norma	Ementa	Eixo Temático
Constituição Estadual	Princípios e normas programáticas de proteção ao meio ambiente no Estado - arts. 237 a 246	Constituição Estadual
Lei Estadual nº 4.854/1996	Política de Meio Ambiente do Estado	Política Estadual de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 4.115/1987	Cria o Fundo Estadual de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Urbano	Política Estadual de Meio Ambiente
Resolução CONSEMA nº 001/2003	Aprova o Regimento Interno do Conselho de Meio Ambiente do Estado (CONSEMA)	Política Estadual de Meio Ambiente
Decreto Estadual nº 11.110/2003	Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de título de propriedade e do geo-referenciamento do imóvel para a concessão do licenciamento de atividades agrícolas e agroindustriais de exploração florestal e uso alternativo do solo, e dos recursos naturais no Estado do Piauí.	Licenciamento Ambiental
Decreto Estadual nº 11.126/2003	Disciplina o uso e ocupação das terras que abrigam o bioma cerrado no Estado do Piauí	Flora
Decreto Estadual nº 13.263/2008	Comitê Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais e Controle de Queimadas	Flora
Decreto Estadual nº 9.533/1996	Altera o Decreto Estadual nº 7.393/1989, que regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 10.880/2002	Aprova o Regulamento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Piauí (CERH/PI)	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 11.341/2004	Aprova o regulamento da outorga preventiva de uso e a outorga de direito de uso de recursos hídricos	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 12.184/2006	Estabelece critérios e valores a serem cobrados pelos custos operacionais inerentes aos processos de emissão ou de renovação de outorgas de recursos hídricos no Estado	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 12.212/2006	Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 7.393/1988	Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos	Recursos Hídricos

Norma	Ementa	Eixo Temático
Resolução CERH nº 004/2005	Dispõe sobre Critérios e Procedimentos Provisórios para Outorga Preventiva e Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 5.977/2010	Dispõe sobre a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, como unidade do Grupo de Proteção Integral, e institui o Programa Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural	Unidades de Conservação
Lei Estadual nº 4.940/1997	Institui o Plano Estadual de Educação Ambiental	Educação Ambiental
Decreto Estadual nº 14.104/2010	Homologa as instituições que irão compor o Conselho Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano-CONSEMA	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto Estadual nº 8.925/1993	Altera o Decreto Estadual nº 7.393/1988 e regulamenta o Conselho Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 4.797/1995	Cria a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 5.828/2005	Dispõe sobre a utilização e ocupação das faixas de domínio nas rodovias estaduais e rodovias federais delegadas ao Estado	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 5.959/2009	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado do Piauí – TCFA/PI.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 6.114/2011	Dispõe sobre procedimentos para cobrança de multa decorrente de Auto de Infração Ambiental	Proteção Ambiental e Controle da Poluição

Quadro 1-7 - Estado do Piauí - Legislação Municipal Aplicável

Município	Norma	Ementa
Corrente/PI	Decreto nº 13/2010	Fundo Municipal de Meio Ambiente
Corrente/PI	Lei Ordinária nº 136/1991	Código de Posturas Municipal
Corrente/PI	Lei Ordinária nº 394/2007	Plano Diretor Municipal
Corrente/PI	Lei Ordinária nº 416/2008	Proteção do Patrimônio Histórico, Cultural, Artístico e Paisagístico
Corrente/PI	Lei Ordinária nº 418/2008	Política Municipal de Meio Ambiente
Corrente/PI	Lei Ordinária nº 456/2009	Conselho Municipal de Meio Ambiente
Corrente/PI	Lei Orgânica	Organização do Município
Gilbués/PI	Lei Ordinária nº 024/2004	Autoriza a criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Gilbués/PI	Lei Orgânica	Organização do Município
Gilbués/PI	Projeto de Lei nº 70/2009	Criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente
Gilbués/PI	Projeto de Lei Ordinária nº 025/1999	Código de Posturas Municipal
Monte Alegre do Piauí/PI	Lei Orgânica	Organização do Município
Riacho Frio/PI	Lei Orgânica	Organização do Município
Santa Filomena/PI	Lei Ordinária nº 002/2006	Política Municipal de Meio Ambiente, Conselho e Fundo de Meio Ambiente
Santa Filomena/PI	Lei Orgânica	Organização do Município
Sebastião Barros/PI	Lei Orgânica	Organização do Município

Quadro 1-8 - Estado da Bahia - Legislação Estadual Aplicável

Norma	Ementa	Eixo Temático
Constituição Estadual	Princípios e normas programáticas de proteção ao meio ambiente no Estado art 212 a 226	Constituição Estadual
Decreto Estadual nº 12.120/2010	Regulamenta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos	Política Estadual de Meio Ambiente
Decreto Estadual nº 14.024/2012	Regulamenta a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia	Política Estadual de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 10.431/2006	Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia	Política Estadual de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 11.050/2008	Altera a lei da Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia	Política Estadual de Meio Ambiente
Lei Delegada nº 31/1983	Cria o Centro de Recursos Ambientais, responsável pela execução do Sistema Estadual de Administração de Recursos Ambientais	Licenciamento Ambiental
Norma técnica nº 01/2010	Licenciamento Ambiental de Linhas de Transmissão ou de Distribuição de Energia Elétrica	Licenciamento Ambiental
Norma técnica nº 003/2006	Define os critérios e as diretrizes que os empreendedores deverão seguir para a elaboração e apresentação ao CRA ou à SFC, de plantas georreferenciadas e imagens de satélite atuais, nos processos de licenciamento ambiental	Licenciamento Ambiental
Portaria INEMA nº 13.278/2010	Define os procedimentos e a documentação necessária para requerimento junto ao IMA dos atos administrativos para regularidade ambiental de empreendimentos e atividades	Licenciamento Ambiental
Portaria SEMARH nº 101/2005	Criação e as atribuições da Câmara de Compensação Ambiental	Compensação Ambiental
Decreto Estadual nº 10.410/2007	Unidades de Conservação Reserva Particular do Patrimônio Natural	Flora
Decreto Estadual nº 10.968/2008	Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga no Estado da Bahia	Flora
Decreto Estadual nº 7.396/1998	Programa de Fomento Florestal	Flora
Decreto Estadual nº 7.969/2001	Programa de Recomposição Florestal de Matas Ciliares e o Sub-Programa Roça de Madeira	Flora

Norma	Ementa	Eixo Temático
Decreto Estadual nº 8.394/2002	Plano de Ações Interagências para Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais	Flora
Instrução Normativa nº 01/2007	Procedimentos para a aprovação da reserva legal e a autorização da supressão de vegetação nativa	Flora
Instrução Normativa nº 03/2008	Para o aproveitamento do material lenhoso desvitalizado seco em pé ou caído em função de causas naturais, proveniente da vegetação nativa existente no Estado	Flora
Lei Estadual nº 11.476/2009	Uso e ocupação da Zona de Proteção Visual, na Zona de Agricultura e na Zona de Manejo Especial da Área de Preservação Ambiental do Litoral Norte da Bahia	Flora
Lei Estadual nº 11.478/2009	Plano Estadual de Adequação e Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais	Flora
Lei Estadual nº 11.898/2010	Altera o Plano Estadual de Adequação e Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais	Flora
Portaria INEMA nº 11.340/2009	Registro obrigatório junto ao Instituto do Meio Ambiente - IMA, das pessoas físicas e jurídicas que produzam, colem, extraiam, beneficiem, desdobrem, industrializem, comercializem, armazenem, consumam, transformem, ou utilizem produtos, subprodutos ou matéria prima originária de qualquer formação florestal, nativa ou exótica	Flora
Portaria INEMA nº 13.156/2010	Reconhecimento de Volume Florestal Remanescente - RVFR de florestas nativas e/ou exóticas	Flora
Portaria SEMARH nº 161/2007	Sistema – DOF para o controle informatizado do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais	Flora
Portaria SEMARH nº 29/2005	diretrizes para a exploração florestal, o plano de manejo florestal, a supressão de vegetação nativa que vise a alteração do uso do solo, os procedimentos especiais para os projetos e atividades integrantes do Programa Florestas para o Futuro, o Cadastro Florestal de Imóveis Rurais – CFIR	Flora
Portaria SEMARH nº 30/2005	Procedimentos para o transporte, movimentação, utilização, consumo, estoque e armazenamento regular de produtos e subprodutos florestais	Flora
Portaria SEMARH nº 57/2006	Procedimentos integrados para autorização de supressão de vegetação nativa ou limpeza de área, entre o órgão gestor de florestas do Estado, os órgãos setoriais do Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais - SEARA e as concessionárias de prestação de serviços públicos	Flora
Decreto Estadual nº 10.943/2008	Regulamenta a fiscalização do uso dos recursos hídricos	Recursos Hídricos

Norma	Ementa	Eixo Temático
Decreto estadual nº 12.024/2010	Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 14.024/2012	Regulamenta a Política Estadual de Recursos Hídricos	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 6.296/1997	Direito de uso de recursos hídricos, infrações e penalidades	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 11.612/2009	Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 12.035/2010	Altera a lei da Política Estadual de Recursos Hídricos	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 12.377/2011	Altera a lei da Política Estadual de Recursos Hídricos	Recursos Hídricos
Portaria SEMA nº 14/2008	Programa Velho Chico Vivo no âmbito da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Recursos Hídricos
Resolução CONERH nº 01/2005	Aprova o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado	Recursos Hídricos
Resolução CONERH nº 06/2006	Aprova o texto referente ao Capítulo da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, constante do Plano Estadual de Recursos Hídricos.	Recursos Hídricos
Resolução CONERH nº 14/2006	Disciplina a forma de criação, a composição e o funcionamento de comitês de bacias hidrográficas em rios de domínio estadual.	Recursos Hídricos
Resolução CONERH nº 43/2009	Institui a Divisão Hidrográfica Estadual em Regiões de Planejamento e Gestão das Águas	Recursos Hídricos
Resolução CONERH nº 55/2009	Regimento Interno Base para Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 12.433/2010	Cria Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais	Comunidades Tradicionais
Lei Estadual nº 11.897/2010	Cria o Conselho Estadual dos Povos indígenas da Bahia	Comunidades Tradicionais
Resolução CEPRAM nº 3.908/2008	Procedimentos de Anuência Prévia em Unidades de Conservação do Estado	Unidades de Conservação
Lei Estadual nº 12.056/2011	Política de Educação Ambiental do Estado	Educação Ambiental

Norma	Ementa	Eixo Temático
Decreto Estadual nº 12.071/2010	Regulamenta o Plano Estadual de Adequação e Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto Estadual nº 14.032/2012	Altera o Decreto Estadual nº 14.024/2012 que Regulamenta a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Instrução Normativa nº 001/2008	Aprova normas, critérios e procedimentos para a elaboração de documentos cartográficos georreferenciados	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Instrução Normativa nº 005/2010	Procedimentos para a comprovação da regularidade do transporte, da movimentação, da utilização, do consumo, do estoque ou do armazenamento de produtos e subprodutos florestais formados por espécies exóticas.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 12.212/2011	Altera a lei da Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 12.377/2011	Altera a lei da Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 3.163/1973	Cria o Conselho Estadual de Proteção Ambiental, CEPRAM e estabelece penalidades para a prática de poluição.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 9.832/2005	Fiscalização de Atividades Utilizadoras de Recursos Naturais e Atividades Potencialmente Poluidoras	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Norma Administrativa NA-001/1994	Critérios e procedimentos para o controle do transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria SEMA nº 10/2011	Institui o modelo do Termo de Compromisso previsto no art. 129 da Lei nº 10.431/2006	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução CEPRAM nº 3.183/2003	Aprova a Norma Técnica NT – 001/2003, que dispõe sobre comunicação em situações de emergências ambientais no Estado da Bahia.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução CEPRAM nº 3.965/2009	Aprova a Norma Técnica NT- 01/2009, que estabelece os critérios de exigibilidade e fornece subsídios para a elaboração de um Programa de Gerenciamento de Risco (PGR) para empreendimentos implantados ou em implantação, no estado da Bahia, com o objetivo de prevenir a ocorrência de acidentes capazes de causar danos a: pessoa, instalação e/ou meio-ambiente.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição

Quadro 1-9 - Estado da Bahia - Legislação Municipal Aplicável

Município	Norma	Ementa
Angical/BA	Lei Ordinária nº 004/2010	Cria e Regulamenta o Conselho Municipal de Meio Ambiente
Angical/BA	Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.
Baianópolis/BA	Lei Ordinária nº 078/2009	Cria o Código Municipal do Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente
Baianópolis/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Baianópolis/BA	Portaria nº 001/2012	Procedimentos para regularidade ambiental de empreendimentos localizados no Município
Barreiras/BA	Lei Ordinária nº 1.009/2012	Define traçado do perímetro urbano
Barreiras/BA	Lei Ordinária nº 527/2001	Cria o Departamento Municipal de Meio Ambiente
Barreiras/BA	Lei Ordinária nº 647/2004	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo, Sistema Viário, circulação, transporte e zoneamento municipal
Barreiras/BA	Lei Ordinária nº 648/2004	Institui normas relativas à execução de obras e edificações
Barreiras/BA	Lei Ordinária nº 649/2004	Institui a Política Municipal de Meio Ambiente
Barreiras/BA	Lei Ordinária nº 650/2004	Código de Posturas Municipal
Barreiras/BA	Lei Ordinária nº 651/2004	Plano Diretor Municipal
Barreiras/BA	Lei Ordinária nº 827/2009	Conselho Municipal de Meio Ambiente
Barreiras/BA	Lei Ordinária nº 890/2010	Altera o Plano Diretor Municipal
Barreiras/BA	Lei Ordinária nº 891/2010	Altera a Lei 647/2004 sobre parcelamento do solo

Município	Norma	Ementa
Barreiras/BA	Lei Ordinária nº 914/2010	Altera a Lei de Parcelamento do Solo, Sistema Viário, circulação, transporte e zoneamento municipal
Barreiras/BA	Lei Ordinária nº 921/2010	Código Municipal de Meio Ambiente
Barreiras/BA	Lei Ordinária nº 926/2010	Regulamenta sobre a disposição de postes da rede elétrica
Barreiras/BA	Lei Ordinária nº 933/2011	Limites máximos de sons e ruídos
Barreiras/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Bom Jesus da Lapa/BA	Lei Complementar nº 001/2010	Plano Diretor Municipal
Bom Jesus da Lapa/BA	Lei Ordinária nº 214/2002	Conselho Municipal de Meio Ambiente
Bom Jesus da Lapa/BA	Lei Ordinária nº 215/2002	Fundo Municipal de Meio Ambiente
Bom Jesus da Lapa/BA	Lei Ordinária nº 256/2005	Poluição Sonora
Bom Jesus da Lapa/BA	Lei Ordinária nº 346/2010	Código de Meio Ambiente
Bom Jesus da Lapa/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Brejões/BA	Lei Ordinária nº 706/2001	Parcelamento do Solo Urbano
Brejões/BA	Lei Ordinária nº 707/2001	Código de Posturas Municipal
Brejões/BA	Lei Ordinária nº 846/2010	Programa Municipal de Reciclagem
Brejões/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Brejolândia/BA	Lei Orgânica	Organização do Município
Brejolândia/BA	Projeto de Lei nº 008/2012	Parcelamento do Solo Urbano
Caetité/BA	Lei Ordinária nº 09/1967	Código de Posturas Municipal

Município	Norma	Ementa
Caetité/BA	Lei Ordinária nº 632/2006	Plano de Desenvolvimento Municipal
Caetité/BA	Lei Ordinária nº 700/2010	Código de Meio Ambiente
Caetité/BA	Lei Ordinária nº 752/2013	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
Caetité/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Castro Alves/BA	Lei Ordinária nº 614/2009	Cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente
Castro Alves/BA	Lei Ordinária nº 615/2009	Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente
Castro Alves/BA	Lei Ordinária nº 632/2010	Política Municipal de Meio Ambiente
Castro Alves/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Catolândia/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Catolândia/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Ibicoara/BA	Lei Ordinária nº 007/1997	Fundo de Proteção ao Meio Ambiente
Ibicoara/BA	Lei Ordinária nº 016/2005	Política Municipal de Administração de Recursos Ambientais
Ibicoara/BA	Lei Ordinária nº 092/2001	Código de Posturas Municipal
Ibicoara/BA	Lei Ordinária nº 096/2008	Plano Diretor Municipal
Ibicoara/BA	Lei Ordinária nº 11/1997	Conselho de Proteção do Meio Ambiente
Ibicoara/BA	Lei Ordinária nº 15/2005	Regulamenta o Parque Municipal do Espelhado
Ibicoara/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Igaporã/BA	Lei Ordinária nº 154/2007	Política Municipal de Meio Ambiente

Município	Norma	Ementa
Igaporã/BA	Lei Ordinária nº 257/2013	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
Igaporã/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Irajuba/BA	Lei Ordinária nº 010/2007	Código de Posturas Municipal
Irajuba/BA	Lei Orgânica	Organização do Município
Iramaia/BA	Lei Orgânica	Organização do Município
Itatim/BA	Lei Complementar nº 001/2001	Código de Posturas Municipal
Itatim/BA	Lei Complementar nº 003/2001	Lei de Parcelamento do Solo
Itatim/BA	Lei Ordinária nº 188/2009	Conselho Municipal de Meio Ambiente
Itatim/BA	Lei Ordinária nº 193/2009	Política Municipal de Meio Ambiente
Itatim/BA	Lei Orgânica	Organização do Município
Jussiape/BA	Lei Ordinária nº 06/2005	Conselho Municipal de Meio Ambiente
Jussiape/BA	Lei Ordinária nº 08/1997	Sistema de Saúde Municipal, Código de Posturas e Vigilância Epidemiológica
Jussiape/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Livramento de Nossa Senhora/BA	Lei Ordinária nº 1.002/2005	Conselho Municipal de Aricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural
Livramento de Nossa Senhora/BA	Lei Ordinária nº 1.043/2006	Plano Diretor Municipal
Livramento de Nossa Senhora/BA	Lei Ordinária nº 868/1994	Código de Posturas Municipal
Livramento de Nossa Senhora/BA	Lei Ordinária nº 958/2001	Código Sanitário

Município	Norma	Ementa
Livramento de Nossa Senhora/BA	Lei Ordinária nº 961/2002	Ações para implementação da Agenda 21 no Município
Livramento de Nossa Senhora/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Macaúbas/BA	Lei Ordinária nº 133/2001	Conselho Municipal de Meio Ambiente
Macaúbas/BA	Lei Ordinária nº 134/2001	Fundo Municipal de Meio Ambiente
Macaúbas/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Macaúbas/BA	Projeto de Lei Complementar nº 001/2007	Plano Diretor Municipal
Macaúbas/BA	Projeto de Lei Complementar nº 007/2008	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Fundo Municipal de Meio Ambiente
Macaúbas/BA	Projeto de Lei Complementar nº 008/2007	Parcelamento, uso e ocupação do Solo Urbano
Macaúbas/BA	Projeto de Lei Complementar nº 009/2007	Código de Meio Ambiente e Sistema Municipal de Meio Ambiente
Macaúbas/BA	Projeto de Lei Complementar nº 011/2007	Código de Obras
Maracás/BA	Lei Complementar nº 305/2009	Plano Diretor Municipal
Maracás/BA	Lei Ordinária nº 93/1999	Código de Posturas Municipal
Maracás/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Marcionílio de Souza/BA	Lei Ordinária nº 016/2009	Código de Posturas Municipal
Marcionílio de Souza/BA	Lei Ordinária nº 017/2009	Conselho e Fundo Municipal de Meio Ambiente
Marcionílio de Souza/BA	Lei Ordinária nº 108/2011	Código Municipal de Meio Ambiente

Município	Norma	Ementa
Marcionílio de Souza/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Milagres/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Nova Itarana/BA	Lei Ordinária nº 02/2005	Código de Posturas Municipal
Nova Itarana/BA	Lei Ordinária nº 56/2008	Política Municipal de Meio Ambiente, Conselho e Fundo de Meio Ambiente
Nova Itarana/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Planaltino/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Riachão das Neves/BA	Lei Complementar nº 426/2008	Plano Diretor Municipal
Riachão das Neves/BA	Lei Ordinária nº 326/2003	Código de Posturas Municipal
Riachão das Neves/BA	Lei Ordinária nº 377/2005	Código Municipal de Meio Ambiente
Riachão das Neves/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Riacho de Santana/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Rio de Contas/BA	Decreto Municipal nº 0001/2002	Cria o Parque Serra das Almas
Rio de Contas/BA	Decreto nº 77/2010	Infrações ambientais e respectivas sanções
Rio de Contas/BA	Lei Ordinária nº 13/1994	Código de Posturas Municipal
Rio de Contas/BA	Lei Ordinária nº 34/2006	Política Municipal de Meio Ambiente, Conselho e Fundo de Meio Ambiente
Rio de Contas/BA	Lei Orgânica - Lei Ordinária 47/2006	Organização do Município.
Santa Rita de Cássia/BA	Decreto nº 13/2013	Nomeia os membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente
Santa Rita de Cássia/BA	Lei Ordinária nº 66/2013	Código Municipal de Meio Ambiente

Município	Norma	Ementa
Santa Rita de Cássia/BA	Lei Ordinária nº 68/2013	Fundo Municipal de Meio Ambiente
Santa Terezinha/BA	Lei Orgânica	Organização do Município
Santana/BA	Lei Complementar nº 01/1999	Código de Posturas Municipal
Santana/BA	Lei Ordinária nº 936/2010	Plano Diretor Municipal
Santana/BA	Lei Orgânica	Organização do Município
Santana/BA	Lei Orgânica	Organização do Município
Sapeaçu/BA	Lei Complementar (Projeto nº 003/2001)	Parcelamento e Uso do Solo
Sapeaçu/BA	Lei Ordinária nº 005/2005	Fundo Municipal do Meio Ambiente
Sapeaçu/BA	Lei Ordinária nº 402/2005	Política Municipal de Administração de Recursos Ambientais
Sapeaçu/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Serra Dourada/BA	Lei Orgânica	Organização do Município
Sítio do Mato/BA	Lei Ordinária nº 187/2009	Código Municipal de Defesa do Meio Ambiente
Sítio do Mato/BA	Lei Ordinária nº 188/2009	Fundo Municipal de Meio Ambiente
Sítio do Mato/BA	Lei Orgânica	Organização do Município.
Tabocas do Brejo Velho/BA	Lei Ordinária nº 290/2011	Código Municipal de Meio Ambiente
Tabocas do Brejo Velho/BA	Lei Orgânica	Organização do Município

